

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

A IMIGRAÇÃO DE MULHERES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Harissa Carolina Kimura¹

Resumo: O artigo examina a feminização das migrações, com foco nas mulheres latino-americanas que chegam ao Brasil acompanhadas de seus filhos. A pesquisa concentra-se no Estado de Santa Catarina, um dos principais polos de contratação de imigrantes, cuja imagem positiva como destino de trabalho esconde as precárias condições enfrentadas por esse público. Observa-se um aumento na chegada de mulheres, crianças e adolescentes, fenômeno relacionado à imigração massiva de mulheres-mães que buscam melhorar a qualidade de vida de seus filhos. No entanto, essas mulheres se deparam com péssimas condições de subsistência, como trabalho precarizado, sobrecarga no cuidado e dificuldades no acesso a serviços essenciais. O estudo adota o método hipotético-dedutivo, explorando as dinâmicas migratórias e os obstáculos enfrentados por mulheres-mães imigrantes. A responsabilidade historicamente atribuída às mulheres no cuidado coloca-as em desvantagem desde o início, e essa situação se agrava ao longo da permanência no país. A pesquisa destaca a urgência de políticas públicas adaptadas às especificidades dessa população, com intervenções intersetoriais e interseccionais, para garantir direitos fundamentais e condições dignas.

Palavras-chaves: Feminização das Migrações; Crianças e Adolescentes; Interseccionalidade; Políticas Públicas; Santa Catarina.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a migração internacional para o Brasil tem se intensificado de forma notável, com destaque para o aumento do fluxo migratório de mulheres latino-americanas, especialmente haitianas e venezuelanas. Este fenômeno, denominado feminização das migrações, não se resume ao simples crescimento do número de mulheres imigrantes, mas configura-se em uma realidade complexa, repleta de desafios multifacetados, particularmente para aquelas que migram acompanhadas de filhos e filhas.

As motivações que impulsionam a migração dessas mulheres são diversas, mas, em sua essência, estão ligadas à busca por melhores condições de vida e trabalho, embora frequentemente essas expectativas se choquem com obstáculos, como a precarização das condições laborais, a ausência de políticas públicas adequadas e a carência de redes de apoio em um país estrangeiro.

¹ Graduada em Serviço Social e mestranda em Serviço Social no PPGSS da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, harissakimura23@gmail.com



O Estado de Santa Catarina se destaca como um dos principais destinos de imigrantes das nacionalidades mencionadas, principalmente devido a oferta massiva de vagas destinadas nas indústrias da carne e abate de aves e suínos. Em análises de Tonhati e Pereda (2021), observa-se uma certa convivência das autoridades com condições precárias tipicamente recorrentes nesse setor: falta de número adequado de banheiros, de treinamentos de segurança em saúde — como limpar os produtos e maquinários — e, principalmente, de realocação para outras posições — menos insalubres e perigosas — quando da gravidez (ato contínuo, vêm à tona dificuldades em obter licença-maternidade e auxílio-creche).

Simultaneamente, dados sobre a educação básica fornecidos por Oliveira e Tonhati (2022) revelam que, em 2020, houve um aumento positivo de 25,37% no número de crianças imigrantes inseridas na educação básica no país. Todavia, as autoras argumentam que o aumento absoluto esconde, principalmente, as particularidades e desafios da educação infantil para crianças menores de cinco anos de idade, uma vez que esse é um período não obrigatório e, conseqüentemente, mais difícil de acessar vagas em tempo integral para crianças pequenas.

Atualmente, o cenário da educação infantil revela um quadro alarmante: 2,3 milhões de crianças, especialmente aquelas com idades entre 0 e 3 anos, permanecem fora do sistema de educação infantil, principalmente devido a dificuldades de acesso ou por opção dos responsáveis (IBGE, 2023). Embora não existam dados específicos que revele as possíveis barreiras enfrentadas, pressupõe-se que essa dificuldade afeta, de forma mais severa, a inserção dos filhos e filhas de mulheres imigrantes na rede de ensino, uma vez que a evasão escolar está diretamente ligada às condições socioeconômicas das famílias.

Essa situação impacta diretamente as mulheres-mães, que muitas vezes se veem sobrecarregadas ao tentar equilibrar as exigências do trabalho remunerado com as responsabilidades de cuidado dos filhos, enfrentando, simultaneamente, barreiras adicionais relacionadas à regularização de documentos, ao desconhecimento de seus direitos e à ausência



de políticas públicas que atendam às suas necessidades específicas. A essas dificuldades, somam-se as falhas do Estado em compreender e responder às demandas dessa população, colocando-as em uma posição de extrema marginalização e exposição a condições de sobrevivência precárias.

O objetivo deste estudo, é portanto, contextualizar a feminização das migrações, com foco nas mulheres imigrantes latino-americanas, particularmente haitianas e venezuelanas, que chegam ao Brasil, mais especificamente ao Estado de Santa Catarina. Além disso, investiga-se as motivações que levam essas mulheres a migrar, destacando os desafios enfrentados durante o processo migratório e sua permanência no país, com um foco particular nas barreiras que dificultam o acesso a uma vida digna e a direitos fundamentais.

Este estudo destina-se a pesquisadoras(es), acadêmicas(os) e profissionais que atuam diretamente ou indiretamente com processos migratórios, estudos de gênero, políticas públicas e direitos humanos, além de gestores de políticas sociais que buscam compreender as dinâmicas da imigração feminina e as necessidades específicas dessa população.

Em suma, o objetivo da pesquisa é contextualizar a feminização das migrações e evidenciar as complexas realidades das mulheres-mães imigrantes e trabalhadoras em Santa Catarina, propondo um olhar atento às suas necessidades específicas voltadas ao Estado. A pesquisa defende uma abordagem intersetorial e interseccional, que pautar as especificidades relacionadas não só a questão de gênero, mas também raça/etnia e nacionalidade e, sobretudo, integre áreas como saúde, assistência social, educação, entre outras, com o intuito de promover políticas públicas que efetivamente contemplem essa população.

METODOLOGIA

A feminização das imigrações no Brasil (e os desafios que surgem com essa mudança de perfil), está bem documentada na literatura. Em um contexto de ciência normal², no qual este

² Singelamente, Dutra explica que Thomas Kuhn articula existirem três tipos de atividades que acontecem no



artigo se insere, a pesquisa optar pelo método hipotético-dedutivo³: as hipóteses e teorias científicas, no geral, autorizam profecias sobre como as coisas deveriam se comportar; uma teoria já bem corroborada (como a da feminização) geralmente serve para fazer boas previsões sobre o mundo (mesmo em contextos mais localizados e diferentes do que os originalmente pensados).

O método passa por deduzir premissas a partir dos enunciados mais gerais e, depois, testar (fazer experiências) se a realidade não falseia (invalida) aquelas expectativas originalmente previstas. No caso, quando o artigo olhar para seu objeto, espera encontrar fatos (relatos, dados, levantamentos) que demonstrem que há um aumento no número de mulheres que para cá imigraram (e que esse aumento está acompanhado de um rejuvenescimento e de desafios estruturais e logísticos anteriormente inexistentes).

Este estudo busca captar as complexas realidades enfrentadas pelas mulheres (imigrantes e trabalhadoras e mães) em Santa Catarina (objeto). Enfatizando a necessidade de uma análise que contemple as diversas dimensões de suas vidas e contribua para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam às suas demandas específicas (o que, necessariamente, passa por uma abordagem intersetorial que integre saúde, assistência social, educação, entre outras). A hipótese central do estudo é que, nos últimos anos, houve um aumento significativo no número de mulheres imigrantes, acompanhado pela presença crescente de crianças e adolescentes, o que configura novos desafios estruturais e logísticos para as políticas públicas de acolhimento, integração e atendimento a essa população.

A pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental. A revisão bibliográfica

período de ciência normal (tentativas “de estabelecer contatos entre teoria e fato”; tentativas de “aumento de acordo entre teoria e fato”; “pesquisas voltadas [...] para a própria articulação da teoria”) (DUTRA, 2017, p. 73). Esta pesquisa se insere no contexto de aumento de acordo entre teoria e fato.

³ O “conhecimento se dá não por generalização a partir da experiência, indutivamente [várias instâncias de um mesmo acontecimento autorizarem teorizar que determinado fato deverá se repetir, se as condições forem iguais], mas elaborando conjecturas ou hipóteses que, posteriormente, se submetem ao teste empírico”. (DUTRA, 2017, p. 43)



abrangente é a experiência: as fontes secundárias — relatórios do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Registro Nacional Migratório (RNM) — e as fontes primárias — livros, artigos acadêmicos, notícias — nada mais são que a base empírica, a qual têm capacidade de falsear a teoria mais geral (e a hipótese mais localizada). Ora, “uma teoria é falseada se ela entra contradição com a base empírica”: “os enunciados que relatam os acontecimentos que nos envolvem”, os enunciados que convencionalmente são aceitos como obtíveis através dos cinco sentidos, são “a base empírica”, em si mesma) (Dutra, 2017, p. 44).

Não obstante, o método hipotético-dedutivo não exclui abordagens materialistas-históricas — imigração como um fenômeno estrutural dentro do capitalismo; interconexão entre migrações, exploração do trabalho e acumulação de capital — nem interseccionais — Collins (2022) que amplia a compreensão das desigualdades sociais para além das questões de classe, examinando como múltiplas identidades (raça/etnia, gênero, classe e nacionalidade) interagem para criar condições concretas de existência. O método hipotético-dedutivo preocupa-se, quase que exclusivamente, com resultados logicamente válidos⁴³; deixa à pesquisadora, portanto, grande margem para avaliar (dentro da base empírica costumeiramente aceita na sua disciplina) quais são os bons experimentos (aptos a falsear hipóteses) — experimentos, esses, orientados pelas sensibilidades das metodologias expostas no parágrafo anterior.

A FEMINIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES

A feminização das imigrações (que explica o fenômeno do aumento no número de mulheres imigrantes) não se resume, por suposto, à mera constatação de que há muitas mulheres

⁴ Em suma, a razão de ser do falseacionismo (e a principal diferença entre o método hipotético-dedutivo e as correntes anteriores — verificacionismo, empirismo clássico) é, justamente, a superação do famoso Problema da Indução de Hume — “termos muitas vezes observado relações constantes entre determinados objetos” permite “concluir que ele sempre estarão relacionados?” (DUTRA, p. 2017, p. 14).



chegando ao Brasil. Mesmo porque esse processo inafastavelmente está relacionado a um rejuvenescimento dos imigrantes em geral — essas mulheres, muito usualmente, têm migrado acompanhadas de crianças e adolescentes, seus filhos e filhas. A teoria trabalha esses dados estatísticos, mas não deixa de tecer considerações sobre os desafios que surgem nessa nova realidade (precarização, vulnerabilização; enfim, falta de apoio).

Estudos sobre migração muitas vezes desconsideram as particularidades das imigrantes racializadas, centrando-se predominantemente nas experiências de imigrantes brancas. A imigração feminina, especialmente de mulheres negras, é frequentemente subestimada, o que leva a uma visão homogênea da realidade dessas mulheres e ofusca suas múltiplas opressões, particularmente no contexto de mães e trabalhadoras (Silva e Morais, 2021). A universalização das categorias "imigrante" e "mulher" ignora as vivências específicas de mulheres negras, indígenas e LGBTQIA+. Em um sistema cis-hetero-patriarcal, as questões de gênero e sexualidade afetam profundamente a vida das mulheres imigrantes, mas é essencial incluir também raça, nacionalidade e status migratório como categorias fundamentais para compreender suas condições de vida.

Os fluxos migratórios para o Brasil têm se intensificado; sobremaneira os fluxos de mulheres latino-americanas (haitianas, venezuelanas), que lideram os registros de solicitantes na condição de refugiadas conforme assevera dados do OBMigra (relativos aos anos de 2011 a 2022):

Desde o ano de 2015, as haitianas lideravam os pedidos de solicitações de refúgio, mas em 2016 as venezuelanas ultrapassaram e permaneceram como a nacionalidade que mais solicitou refúgio no Brasil até 2022. O total de solicitações feitas por mulheres na série estudada (de 2011 a 2022) foi de 138.527 e, desse total, 69,65% das solicitações foram feitas por venezuelanas. Em 2022 foram feitas 22.852 solicitações de refúgio, um volume maior que os anos de 2020 e 2021, mas ainda menor que o de 2019 (36.945) (Tonhati e Cordova, p. 98, 2023).



Especificamente no Estado de Santa Catarina, observou-se que, em 2020, mais de 80% do total contratações de mulheres imigrantes era de haitianas e venezuelanas (Tonhati e Pereda, 2021). Essa aparente oportunidade de inserção laboral, no entanto, que poderia garantir renda e autonomia financeira, esconde uma realidade penosa: essas mulheres, majoritariamente, são empregadas em setores insalubres, com remuneração precária e ausência de direitos trabalhistas. A seguir, exploraremos de forma mais detalhada as especificidades do contexto migratório e laboral dessas mulheres no Estado de Santa Catarina, com uma abordagem interseccional que considere gênero, raça, nacionalidade e status migratório.

PARTICULARIDADES DO ESTADO DE SANTA CATARINA

No início da década de 2010, a distribuição da força de trabalho imigrante no Brasil era concentrada principalmente na Região Sudeste, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro. Esse padrão refletia a imigração de europeus e sul-americanos mais qualificados, que buscavam regiões com maior desenvolvimento tecnológico e científico. No entanto, entre 2011 e 2020, observou-se uma diminuição de 29% nos rendimentos médios das trabalhadoras imigrantes no Brasil, coincidindo com a crescente inserção de haitianas e venezuelanas, que ocupam, em sua maioria, funções de baixa remuneração.

Simultaneamente, houve uma descentralização dos fluxos migratórios, com destaque para a Região Sul, que passou a abrigar 46,7% do total de imigrantes trabalhadores em 2021, tornando-se a região com o maior número absoluto de imigrantes, em grande parte de origem haitiana e venezuelana (Neto e Simões, 2022). Dentro dessa realidade, Santa Catarina se destaca como o Estado que mais emprega mulheres imigrantes dessas nacionalidades, especialmente nas indústrias do agronegócio, como frigoríficos e abate de aves e suínos:

O estado de Santa Catarina foi o único que admitiu mais em 2020 (7.151), que em 2019 (5.157). No ano de 2019, as haitianas eram 48,6% do total das imigrantes admitidas no estado, esse número aumentou em 2020 para 52,6%. Em 2020, o estado



Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro | Evento online | even3.com.br



de Santa Catarina passou também a ser o que mais admitiu venezuelanas (2.177), superando São Paulo (1.213), que também foi ultrapassado pelo estado do Paraná (1.367). O número de imigrantes venezuelanas admitidas no estado de Santa Catarina saiu de 18,6% do total em 2019, para 30,4% em 2020. Dessa forma, é possível afirmar que 83% das imigrantes admitidas nesse estado foram de haitianas e venezuelanas (Tonhati e Pereda, 2021, p. 173).

A análise das atividades econômicas revela que as mulheres haitianas estão amplamente empregadas em setores de frigoríficos (77,3% ocupam funções de alimentadoras de linha de produção, magarefes, abatedoras e retalhadoras de carne). Similarmente, encontram-se trabalhadoras venezuelanas. Ambos os grupos enfrentam condições precárias: as imigrantes frequentemente são alocadas em áreas menos reconhecidas, com fortes resquícios de divisão de gênero (como na área de limpeza).

A estrutura de trabalho nos frigoríficos acentua a segregação ocupacional e contribui para a precarização das condições laborais. Apesar do aumento nas contratações de mulheres, a maior parte delas, especialmente haitianas e venezuelanas, estão em setores altamente exploradores: longas jornadas, insalubridade e baixa remuneração, perpetuando a precarização das condições de trabalho⁵ (Tonhati; Pereda, 2021).

Em pesquisa etnográfica realizada com imigrantes haitianos residentes no Oeste do Paraná, Lôbo dá um exemplo concreto dessa realidade, que desvela as dificuldades enfrentadas:

Na (agro)indústria que não podemos informar) tem haitiano sofrendo, tem monitor racista. Colocam os haitianos nos serviços mais difíceis [...] Se me sinto mal, vou na enfermaria eles dão água salgada, soro ou gelo, não tem remédio. Não importa a dor, medem nossa pressão, forçam a voltar a trabalhar, eu odeio isso [...] Se eu não tiver boa saúde, vão me mandar embora e vão pegar outra pessoa. Vocês dão valor a um frango mais do que a uma pessoa. Eu não sou um escravo, eu sou um ser humano (Lôbo, 2020, p. 99)

⁵ Salienta-se que a alocação dessas trabalhadoras a setores precarizados não é fruto de falta de qualificação, mas de uma hierarquia imposta pela divisão racial e sexual do trabalho: “Essas mulheres precisam submeter-se às condições que lhe foram impostas em razão da necessidade de sobrevivência” (Bertoldo, 2018, p. 318). Somam-se, também, empecilhos na validação de formações acadêmicas de mulheres imigrantes, o que as impossibilita exercer sua profissão.



De acordo com Neto e Simões (2022), trabalhadoras e trabalhadores imigrantes originários da África, América Central e Caribe são alguns dos grupos mais vulneráveis no Brasil, predominando nas faixas salariais mais baixas, com rendimentos de até 2 salários mínimos. O contingente africano se destaca por ter a maior proporção de trabalhadores recebendo até 1 salário mínimo, enquanto imigrantes da América Central e do Caribe também apresentam elevados índices de vulnerabilidade. Especificamente, as trabalhadoras venezuelanas têm um rendimento médio de R\$ 2.347,25, enquanto as haitianas recebem, em média, R\$ 1.387. Em contraste, as imigrantes do Norte global apresentam os maiores rendimentos, com uma média de R\$ 9.859,70 mensais.

O quadro abaixo apresenta um panorama da imigração em Santa Catarina nos respectivos anos, focando nas populações haitiana e venezuelana. As categorias analisadas incluem o total de imigrantes, a distribuição por gênero, estado civil e o número de crianças e adolescentes (de 0 a 15 anos de idade). (NEPO/UNICAMP, 2024)

Quadro 1: População imigrantes registradas e que ingressaram em Santa Catarina entre os anos de 2021-2023

Ano	Nacionalidade	Total de Imigrantes	Mulheres	Homens	Casadas(os)	Solteiras(os)	Zero a quinze anos
2023	Haiti	1.764	754	553	248	1.467	454
	Venezuela	13.944	7.036	7.478	1.084	18.633	5464
2022	Haiti	2.034	815	938	237	1.761	280
	Venezuela	13.895	4.811	5.227	771	12.908	3.855
2021	Haiti	4.041	1.542	2.106	497	3.501	393
	Venezuela	8.702	3.088	3.257	546	7.929	2.364



Fonte: NEPO. Registro Nacional Migratório — RNM (2024).

Observa-se, pelo quadro acima, que ambas as nacionalidades tiveram uma crescente de mulheres e crianças/adolescentes. O aumento no número de crianças/adolescentes pode estar intimamente ligado ao aumento de imigração de mulheres, sugerindo que as famílias estão mais propensas a migrar juntas (Oliveira e Tonhati, 2022). Esse fenômeno evidencia a busca por melhores condições de vida e trabalho — seja pela necessidade de subsistência familiar, pela garantia de uma educação de qualidade para os filhos ou, ainda, pela fuga de situações e relações violentas (Bertoldo, 2018).

Consoante ao tema, a jornalista Julia Braun (2022), em matéria veiculada pela BBC News Brasil, delineou um panorama elucidativo sobre as motivações que impulsionam a imigração de mulheres para o país: além da procura por oportunidades de trabalho e renda, almejam proporcionar um ambiente seguro e promissor para o desenvolvimento dos filhos. Uma das mães relatou: "Senti que precisava sair da Venezuela para dar melhores condições de vida para o meu filho, para que ele pudesse ter acesso a educação de qualidade e ter um futuro melhor que o meu".

Esse cenário retrata um grupo específico de mulheres, predominantemente mães, que migram com a expectativa de assegurar um futuro mais promissor para si e seus filhos, dada a impossibilidade de uma vida plena e digna nas condições adversas de seus países de origem. Essa transformação é corroborada pelo incremento no número de crianças e adolescentes de outras nacionalidades matriculados na educação básica do país — em 2019, contabilizavam-se 54.620 estudantes, número que aumentou para 68.474 no ano seguinte. Desse total, 33.358 são meninas, majoritariamente venezuelanas, haitianas e bolivianas.

Todavia, o aumento absoluto no número de matriculados — durante a série histórica estudada (2011 a 2021) —, por si só, não é um indicativo seguro (ou suficiente) de que o Estado tem feito o suficiente para suprir as necessidades dessas crianças e adolescentes. O aumento absoluto esconde, principalmente, as particularidades (e desafios) da educação infantil para



Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí

III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro | Evento online | even3.com.br



crianças menores de cinco anos de idade. Esse grupo, bem como suas genitoras, é especialmente vulnerável:

As mulheres imigrantes se inserem cada vez mais no mercado de trabalho formal no país e, na maioria das vezes, as ocupações que exercem demandam longas jornadas de trabalho e com baixa remuneração. Nesse sentido, é importante chamar aqui atenção para a necessidade dessas mulheres, quanto a condições laborais — insalubres, longas jornadas e baixos salários. Para além disso, é preciso destacar que essas imigrantes necessitam de condições laborais que as permitam trabalhar e também exercer a maternidade, pois, como observamos, o número de crianças vem aumentando nos últimos anos. Em suma, é preciso, cada vez mais, estudos com olhar aguçado para as novidades e particularidades das migrações internacionais no Brasil, e, assim, estes podem colaborar para fomentar políticas públicas que atendam as especificidades das/os imigrantes no país (Oliveira e Tonhati, 2022, p. 33).



Dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2023), sobre educação infantil, revelam que 2,3 milhões de crianças não frequentam a educação infantil, entre os motivos estão dificuldades de acesso ou por opção dos responsáveis. As barreiras de acesso afetam mais intensamente as famílias mais pobres, contabilizando 28% das crianças de baixa renda fora da creche, enquanto esse número é muito menor entre as famílias mais ricas, contabilizando apenas 7%. O levantamento realizado pelo Educação na Meta destaca que, especificamente no Estado de Santa Catarina, há necessidade urgente de ampliação de vagas nas creches, a qual enfrenta um déficit de 50 mil vagas, como também tem apresentado um déficit de 25 mil vagas para crianças de 4 e 5 anos (Santa Catarina, 2023).

A ausência de acesso a creches não apenas afeta crianças, mas, também, mães (que geralmente são arrimo e realizam trabalhos não remunerados de cuidado). A teoria sustenta que, a despeito das mães imigrantes enfrentarem dificuldades que também são comuns às mães brasileiras, estão sobrecarregadas com barreiras adicionais (regularização de documentos, falta de informações sobre seus direitos). A inexistência de políticas públicas específicas para essa população é alarmante: a falta de acesso a creches impede o ingresso e a permanência dessas mães imigrantes no mercado de trabalho (elas muito costumeiramente são os únicos adultos de seus núcleos familiares e, ainda por cima, vivem em um país alienígena, sem redes de apoio de familiares, amigos, comunidade) — é o desamparo total, porque nem mesmo há rede de apoio institucional (Silva e Morais, 2021).

A busca por melhores condições de vida é, portanto, um processo árduo. As desigualdades de gênero, raça e nacionalidade, que expressam múltiplas formas de opressão — patriarcais, racistas e capitalistas (Collins, 2022) — não arrefeceram. A carência de produções teóricas sobre o tema, juntamente com a ausência de políticas sociais que integrem as demandas específicas dessas mulheres, é evidente. Parte dos testes da hipótese, em que pese



discuta questões econômicas e de inserção laboral, não deixa de considerar o trabalho historicamente invisível das mulheres no cuidado. Posteriormente, discute-se as condições das mulheres imigrantes trabalhadoras que são mães

A MULHER IMIGRANTE E MÃE

As mulheres são historicamente associadas à maternidade, o que gera uma posição ambígua: apesar de terem conquistado o direito de inserção gradual na vida pública e, sucessivamente, o papel de provedoras do lar, ainda continuam sendo as únicas moralmente julgadas pela forma como equilibram o trabalho remunerado e os cuidados com os filhos (Carrasco, 2009).

A tentativa de equilibrar o trabalho remunerado com as responsabilidades de cuidado doméstico impõe uma carga significativa às mulheres, impactando diretamente sua participação em outras esferas da vida pública. Segundo Biroli (2017), o trabalho doméstico afeta de maneira substancial as possibilidades de participação política, uma vez que implica uma distribuição desigual de recursos fundamentais, como tempo livre e renda.

Um exemplo claro dessa realidade é ilustrado pelo relato de uma das entrevistadas na matéria anteriormente apresentada: “Recebi ofertas para empregos fixos, mas não pude aceitar porque não tenho com quem deixar as crianças” (Braun, 2022). Um dos principais fatores de demissão e não permanência no mercado de trabalho formal, apontado por Silva e Morais (2020), majoritariamente, é a falta de creches; no caso das mulheres imigrantes, ainda precisam equilibrar a ausência de uma rede de apoio (não ter com quem deixar seus filhos quando precisam trabalhar e sustentar suas famílias).

A ausência de redes de suporte, às dificuldades linguísticas e culturais, bem como, finalmente, a carências no sistema de proteção social colocam as em posição de desvantagem desde o princípio da imigração:



"Enfrentamos chuva e horas de caminhada. Também foi bastante assustador pedir carona, especialmente estando sozinha. Entre um trecho e outro, tínhamos que dormir na calçada, ao lado das rodovias. Eu, na verdade, não conseguia pregar os olhos — ficava o tempo todo vigiando as crianças" (Braun, 2022).

Lôbo (2020) levanta que a maioria das mulheres haitianas se comunica predominantemente em crioulo, em caso exemplar sobre como questões linguísticas e culturais são barreiras virtualmente intrasponíveis. Majoritariamente, essas mulheres são vistas como "apáticas" ou desinteressadas em aprender o português, o que alimenta preconceitos e estereótipos racistas⁶⁵. Grande parte das mulheres haitianas que vêm para o país com seus filhos e companheiros acabam abandonadas. A autora segue:

O maior exemplo que encontrei, e que reafirma essa condição, é de uma moça, Núbia, que não entendia muito bem português. Ela tinha perdido o emprego antes de seu bebê nascer e não sabia o motivo de sua demissão. Um rapaz tentou me explicar o porquê, alegando que ela "era muito lenta". Essa moça possui um bebê, e o pai da criança, seu ex-companheiro, deixou-a para tentar uma vida melhor nos Estados Unidos quando seu filho tinha apenas dois meses. Ela relatou que estava sofrendo muito com a situação e que não tinha dinheiro para pagar o aluguel e cuidar de seu filho (p. 61).

Consequentemente, as mulheres mães e imigrantes enfrentam um quadrilema: reestruturar sua vida em um novo país; desdobrar-se ao/no trabalho remunerado; dedicar-se aos afazeres domésticos e cuidados dos filhos/dependentes; além de ter que compreender as dinâmicas do sistema de proteção social brasileiro:

⁶ É importante destacar que o capitalismo e o racismo estão entrelaçados, na medida em que o primeiro se alimenta das desigualdades e, principalmente, da exploração crescente para sobreviver. A acumulação de riqueza, que permitiu o domínio capitalista, foi impulsionada pela colonização e pela escravização de negras(os) africanas(os). Além disso, imigrantes haitianas(os), devido a condições de precariedade impostas pelo Estado e pelo capital, ocupam "(não) espaços" – áreas da sociedade onde são privadas de direitos e ficam vulneráveis ao preconceito e à marginalização (Lôbo, 2020).

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

Ser mãe e migrante é uma experiência de confronto com a incerteza. Simples tarefas rotineiras, como subir no ônibus certo, fazer o mercado do mês, comprar um remédio para febre infantil ou compreender as diretrizes fornecidas pela escola dos filhos são dificultadas por barreiras linguísticas e culturais (Kulmann, 2023, On-line).

É necessário olhar para as necessidades específicas dessas mulheres: superado o mero atalho de editar políticas de inserção no mercado de trabalho formal, cumpre fiscalizar se a própria inserção não é precária. Esse olhar necessariamente precisa individualizar a condição de imigrante trabalhadora e mãe, "para fomentar políticas públicas que atendam as especificidades das/os imigrantes no país" (Oliveira e Tonhati, 2022, p. 33).

A Lei Nº 18.018/2020, de Santa Catarina, representa um avanço indiscutível no campo dos direitos humanos, especialmente por seu mérito em reconhecer e respeitar "as especificidades de gênero, raça, etnia, orientação sexual, idade, religião, deficiência e promover abordagem interseccional para combate dos marcadores de subordinação". No entanto, sua existência não é suficiente. A previsão de princípios e objetivos, por si só, não garante a proteção efetiva, se políticas públicas concretas que operacionalizem esses direitos não forem implementadas. O comprometimento com a execução de ações que traduzam esses princípios em realidades tangíveis é inegociável, assegurando, assim, a proteção e o respeito efetivo a todos os indivíduos.

Essa mudança requer a ampliação de políticas que contemplem uma particularidade que sempre esteve marginalizada nos estudos sobre migração. No entanto, dentro dessa categoria, também há de ser explicitado um público específico de imigrantes mais suscetíveis à violência de gênero, à xenofobia e ao racismo (que tornam a experiência da maternidade um momento de sobrevivência, como também de resistência).

As políticas públicas voltadas à educação infantil e à proteção da maternidade carecem de uma abordagem que considere as especificidades e necessidades das mães imigrantes. A ausência do poder público, somada à insuficiência de serviços que visem, concretamente, proteger pessoas que aqui chegam e, especialmente, ações que visem amenizar a sobrecarga no



trabalho do cuidado, coloca essas mulheres em uma posição de desamparo contribuindo para a reprodução de ciclos de pobreza e desigualdade.



RESULTADO E DISCUSSÃO

Os dados estatísticos fornecidos pelo Registro Nacional Migratório (RNM) e pelo Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) corroboram a hipótese de que, nos últimos anos, houve um aumento significativo da imigração feminina, especialmente de mulheres oriundas de países como Haiti e Venezuela, muitas das quais chegaram ao Brasil acompanhadas de seus filhos e filhas.

A feminização das migrações, conforme já mencionado em várias abordagens teóricas, sugere que o processo migratório das mulheres é distinto do dos homens, pois envolve não só a busca por melhores condições de vida, mas também a responsabilidade histórica atribuída às mulheres em relação ao cuidado dos filhos.

No contexto de Santa Catarina, a chegada massiva dessas mulheres acompanhadas de crianças e adolescentes, sem uma rede de apoio estruturada, intensifica as dificuldades que enfrentam, o que agrava ainda mais sua vulnerabilidade. Só em 2020, o Estado foi um dos principais contratantes de imigrantes, especialmente de mulheres haitianas e venezuelanas, somado ao fato de que as condições de trabalho se dão predominantemente em setores precarizados e, conseqüentemente, desprovidos de direitos trabalhistas.

Essa realidade coloca essas mulheres em uma situação particularmente penosa de sobrevivência, especialmente quando se considera a divisão racial e sexual do trabalho, que as coloca em setores de baixa remuneração e alto grau de informalidade, somada aos impactos de outras formas de discriminação, como o racismo e a xenofobia. Além disso, os relatos e levantamentos qualitativos indicam que, enquanto as expectativas dessas mulheres são de melhorar suas condições de vida e proporcionar um futuro mais digno para seus filhos, a realidade que enfrentam é bastante adversa. As condições de trabalho nas quais muitas estão inseridas são de extrema precariedade, com salários baixos, jornadas longas e, muitas vezes, a ausência de



direitos trabalhistas.

Tais situações refletem a subordinação estrutural das mulheres no mercado de trabalho, especialmente no contexto das migrações, onde elas se inserem em posições mais vulneráveis, devido não apenas à sua condição de gênero, mas também à sua condição de imigrantes e mães, o que as coloca em uma posição de desvantagem em relação aos demais.

Sob a ótica da interseccionalidade, proposta por Collins (2022), essas desigualdades não podem ser entendidas de forma isolada, pois a intersecção de fatores como classe, raça/etnia, nacionalidade e gênero interage de maneira complexa, resultando em uma realidade de múltiplas opressões. A análise interseccional, aqui aplicada, permitiu compreender como esses fatores se somam para criar condições de vida ainda mais difíceis para essas mulheres. Não obstante, as desigualdades sociais não são apenas uma questão de classe, mas também de como essas mulheres, enquanto imigrantes racializadas como não-brancas, são tratadas no mercado de trabalho e pela sociedade em geral.

A análise empírica realizada a partir dos dados coletados confirma essa dinâmica, especialmente nos relatos de imigrantes contidos na pesquisa etnográfica de Lobo (2020) e na matéria realizada por Braun (2022), onde ficou evidenciado que essas mulheres são frequentemente submetidas a um processo de invisibilidade, tanto no mercado de trabalho quanto nas políticas públicas, que não levam em conta suas necessidades específicas como mulheres, mães e imigrantes. Esse cenário gera um ciclo de exclusão e subordinação, no qual, além das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho formal, elas também enfrentam uma escassez de políticas públicas direcionadas a garantir seus direitos.

Portanto, ao observar as condições de vida das mulheres imigrantes-mães, fica claro que, como prevê a hipótese, essas mulheres estão sujeitas a uma realidade de intensa precariedade, que se manifesta em múltiplos níveis, desde a inserção no mercado de trabalho até o acesso a direitos fundamentais. Esses dados, sustentados pelas teorias e metodologias adotadas neste



estudo, não só validam a hipótese proposta, mas também reforçam a urgência de políticas públicas que contemplem, em sua integralidade, as necessidades dessa população altamente marginalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo examinou a experiência das mulheres imigrantes no Brasil, com ênfase nas haitianas e venezuelanas, e os desafios que enfrentam enquanto mães e trabalhadoras em um contexto permeado por desigualdades de gênero, raça, nacionalidade e classe. A pesquisa corroborou a ideia de que a feminização das migrações transcende uma mera transformação demográfica, configurando uma reconfiguração das estruturas familiares e sociais, o que demanda a formulação de políticas públicas capazes de atender às necessidades específicas dessa população.

Os resultados revelaram que a migração feminina está profundamente vinculada à busca por melhores condições de vida e trabalho. Contudo, as mulheres, especialmente aquelas que migram acompanhadas de filhos, enfrentam uma série de dificuldades, incluindo a precarização do trabalho, a escassez de apoio institucional e as barreiras no acesso a direitos fundamentais. A realidade vivenciada por essas mulheres sublinha a urgente necessidade de um sistema de políticas públicas integradas que leve em consideração a complexidade do processo migratório e as múltiplas dimensões de desigualdade, abrangendo áreas como a educação infantil, o trabalho de cuidado, a assistência social, entre outras.

O crescimento da imigração feminina e o aumento do número de crianças imigrantes expõem uma defasagem estrutural nas políticas públicas brasileiras, incapazes de acompanhar as novas demandas dessa população. As dificuldades de acesso à educação infantil e o receio das mulheres-mães imigrantes em relação à segurança e ao desconhecimento das políticas educacionais evidenciam a necessidade de um sistema educacional mais acessível e acolhedor.



Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí

III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro | Evento online | even3.com.br

A expansão das vagas em creches, acompanhada de informações claras e de um suporte específico para essas famílias, deve ser prioridade para garantir a inclusão das crianças imigrantes no sistema de ensino.

Além disso, o trabalho de cuidado, predominantemente realizado por mulheres, precisa ser reconhecido e valorizado, tanto como um componente essencial para a sustentabilidade humana quanto como um pilar central para a promoção da igualdade de gênero. O Estado deve assumir sua responsabilidade, seja proporcionando condições que confirmem visibilidade a esse trabalho, seja promovendo a redistribuição da sobrecarga feminina por meio de ações concretas. O acesso a creches, saúde e assistência social é imprescindível para viabilizar a inserção desse público no mercado de trabalho, sem que, contudo, se recorra à lógica liberal de emancipação via trabalho, que frequentemente ignora as especificidades dessas mulheres.

A pesquisa também evidenciou que as mulheres imigrantes, especialmente aquelas racializadas como não-brancas, enfrentam um mercado de trabalho discriminatório, no qual são tratadas como mão de obra barata e descartável. A discriminação racial e xenofóbica, somada à precarização do trabalho, coloca essas mulheres em uma posição de desvantagem, o que resulta em um aumento significativo das desigualdades sociais e econômicas. Os relatos pessoais de mulheres imigrantes sublinham o sofrimento de tentar equilibrar os papéis de provedoras e cuidadoras, ao mesmo tempo em que lidam com o estigma social e com as barreiras institucionais que perpetuam sua marginalização.

Diante desse cenário, é imperativo que as políticas públicas voltadas para as mulheres imigrantes adotem uma perspectiva interseccional, reconhecendo as especificidades de gênero, raça, nacionalidade e classe. Isso inclui a criação de mais vagas em creches, a oferta de serviços de apoio que considerem as especificidades culturais e linguísticas, bem como o combate às formas de discriminação que perpetuam as desigualdades no mercado de trabalho. Embora a pesquisa tenha contribuído para a compreensão das dinâmicas enfrentadas pelas mulheres-mães



imigrantes em Santa Catarina, algumas limitações foram identificadas.

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

A ausência de dados específicos sobre as barreiras educacionais para as crianças e adolescentes imigrantes e a escassez de informações sobre as políticas públicas locais dificultaram uma análise mais aprofundada sobre o impacto dessas políticas na vida dessas mulheres e suas famílias. Futuras investigações podem e devem ampliar a análise das experiências dessas mulheres em diferentes regiões do Brasil, explorando as variações nas políticas de apoio a imigrantes e a eficácia das ações governamentais.

Em síntese, os resultados desta pesquisa reiteram a necessidade de uma abordagem integrada nas políticas públicas, de modo a assegurar que as mulheres imigrantes, especialmente as mães, e seus filhos tenham pleno acesso aos direitos e serviços essenciais. Isso é crucial para fomentar sua inclusão social e mitigar as desigualdades estruturais a que estão submetidas. As soluções para os desafios enfrentados por essas mulheres não podem se limitar a respostas superficiais, mas devem levar em conta as múltiplas dimensões de opressão que as atravessam, assim como as particularidades de cada grupo migrante, com o objetivo de promover a verdadeira igualdade de oportunidades e a efetiva justiça social.

REFERÊNCIAS

BERTOLDO, Jaqueline. Migração com rosto feminino: múltiplas vulnerabilidades, trabalho doméstico e desafios de políticas e direitos. *Revista Katálysis*, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. 21, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/xT4DdVFrGzvz3qmSVkvNvMC/?lang=pt>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. *DADOS*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, 2016, p. 719-754. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/kw4kSNvYvMYL6fGJ8KkLcQs/?lang=pt>. Acesso em: 2 nov. 2024.

BRAUN, Julia. Tudo por eles: Mães solteiras venezuelanas enfrentam saga da migração em busca de vida melhor para filhos. *BBC News Brasil*, São Paulo, 6 de maio de 2022.

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

[even3.com.br](https://www.even3.com.br)

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61358998>. Acesso em: 2 nov. 2024.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu. *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. São Paulo: SOF, 2003. Cap. 1, p. 11-49. Disponível em:

<https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/06/Caderno-A-produção-do-viver.pdf>.

Acesso em: 2 nov. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. *Bem Mais que Ideias: a Interseccionalidade Como Teoria Social Crítica*. São Paulo: Editora Boitempo, 2022.

BRASIL, Ministério Público de Santa Catarina. No Dia Nacional da Educação Infantil, MPSC alerta para déficit de 75 mil vagas em creches e pré-escolas catarinenses. *Ministério Público de Santa Catarina*, Florianópolis, 24 de agosto de 2023. Disponível em:

<https://mpsc.mp.br/noticias/no-dia-nacional-da-educacao-infantil-mpsc-alerta-para-deficit-de-75-mil-vagas-em-creches-e-pre-escolas-catarinenses>>. Acesso em: 2 nov. 2024.

DUTRA, Luiz. *Introdução à teoria da ciência*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2017.

KUHLMANN, Mariana. Ser mãe e migrante é uma experiência de confronto com a incerteza. *Migra Mundo*, São Paulo, 23 de maio de 2020. Disponível em:

<https://migramundo.com/ser-mae-e-migrante-e-uma-experiencia-de-confrontamento-com-a-incerteza/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

LÔBO, Jade Alcântara. *Para além da imigração haitiana: racismo e patriarcado como sistema internacional*. Curitiba: Editora Appris, 2020.

NEPO/UNICAMP. *Observatório das migrações em São Paulo*:. Banco interativo – Números da imigração internacional para o Brasil, 2000-2024. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2024.

Disponível em:

<<https://www.nepo.unicamp.br/observatorio/bancointerativo/numeros-imigracao-internacional>

/sincre-sismigra/>. Acesso em: 2 nov. 2024.

NETO, João Hallak; SIMÕES, André. A inserção do imigrante no mercado de trabalho formal brasileiro entre 2011 e 2021. In: CAVALCANTI, Leonardo (Org.); OLIVEIRA, Tadeu (Org.) ; SILVA, Bianca (Org.). *Relatório Anual 2022*. Brasília: OBMigra, 2022. Disponível em:

https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/RELATÓRIO_ANUAL/Relatório_Anual_2022_-_Versão_completa_01.pdf. Acesso em: 2 nov. 2024.

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

OLIVEIRA, Tadeu; TONHATI, Tânia. Mulheres, crianças e jovens na migração internacional no Brasil. In: CAVALCANTI, Leonardo (Org.); OLIVEIRA, Tadeu (Org.); SILVA, Bianca (Org.). *Relatório Anual 2022*. Brasília: OBMigra, 2022. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMigra_2022/RELATÓRIO_ANUAL/Relatório_Anual_2022_-_Versão_completa_01.pdf. Acesso em: 2 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Educação 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=18971&t=o-que-e>. Acesso em: 4 nov. 2024.

BRASIL, Lei n.º 18.018, de 9 de outubro de 2020. Disponível em: http://leis.aleg.br/html/2020/18018_2020_lei.html. Acesso em: 6 nov. 2024.

SILVA, Karine de Souza; MORAIS, Pâmela Samara Vicente. Gênero, raça e interseccionalidades no processo de feminização da migração: entre silenciamentos e protagonismos de mulheres negras em Florianópolis. *Revista da ABPN*, [S.l.], v. 13, n. 36, 2021. Disponível em: <<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1231/1172.Qz>>. Acesso em: 2 nov. 2024.

TONHATI, T.; PEREDA, L. A feminização das migrações no Brasil: a inserção laboral de mulheres imigrantes (2011-2020). In: CAVALCANTI, Leonardo (Org.); OLIVEIRA, Tadeu (Org.); SILVA, Bianca (Org.). *Relatório Anual 2021*. Brasília: OBMigra, 2021. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anual/Relato%CC%81rio_Anual_-_Completo.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2024.

TONHATI, T.; CORDOVA, L. Mulheres imigrantes, solicitantes da condição de refúgio e refugiadas no Brasil: uma agenda de pesquisa no OBMigra. In: Relatório Anual OBMigra 2023. Brasília: OBMigra, 2023. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/OBMIGRA_2023/Relatório%20Anual/RELATÓRIO%20ANUAL%2005.12%20-%20final.pdf. Acesso em: 2 de nov. 2024.